

3ºGT RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Local: Auditório térreo - Ministério da Cultura - Bl. B - Brasília/DF
Dia 27 de março de 2008

Ajuda Memória

A reunião teve início com a apresentação “Desafios para a recuperação de áreas de preservação permanente às margens de rios em áreas urbanas” do Celso Carvalho do Ministério das Cidades. Nela foi apresentada o trabalho de sua secretaria como o apoio aos Planos Diretores e a regularização fundiária. Também foram apresentados exemplos de APPs em assentamentos irregulares e as preocupações do Ministério das Cidades com algumas questões, tais como, o incentivo para preservação, o que fazer com áreas urbanas já consolidadas e os critérios para implantação de áreas de lazer e infra estrutura.

Todos concordaram que o tema “APP em Áreas Urbanas” deve ser tratado de forma diferenciada e que a restauração destas áreas em cidades deve ser diferente das áreas rurais.

Alguns tópicos sobre APP em áreas urbana foram debatidos tais como sua importância para projetos paisagísticos e para a conservação da qualidade da água. Quanto ao objetivo da conservação da fauna, proposto pela Oca Brasil, este foi questionado pois um aumento na população de animais pode não ser desejável em áreas urbanas.

Ficou evidente que deve-se incluir a população humana local nas tomadas de decisão, já que muitos projetos não deram certo por não observar este ponto.

Maria Gorete, da Companhia de Saneamento Ambiental do DF apresentou algumas dificuldades encontradas na recuperação de APPs em áreas urbanas.

Outras idéias expostas foram que se fixasse um percentual da cobrança pelo uso da água em projetos de reflorestamentos das APPs e o investimento que o Brasil deveria fazer na construção e implementação de viveiros de mudas, bem como em tecnologias relacionadas.

O professor Ademir Reis apresentou a minuta inicial da proposta de Resolução que define a metodologia de recuperação e restauração de APPs. Nesta está diferenciadas as ações de restauração e de recuperação para áreas urbanas e rurais e também para pequenas propriedades. A elaboração do texto teve como base as contribuições recebidas através do grupo de discussão virtual cujo moderador é o próprio professor.

Foi discutido até o artigo 3º da proposta, principalmente no que se refere aos conceitos.